

A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A REALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU MÚLTIPLA¹

Solange Antunes²

Resumo: O artigo analisa a percepção da comunidade escolar sobre a realidade das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla e as possibilidades e perspectivas de inclusão destas crianças no ambiente escolar. Os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas Convenções dos Direitos da Criança lutam pela igualdade ao longo do tempo para que pessoas com deficiência intelectual ou múltipla tenham acesso à escola com estudo de qualidade, baseado nos argumentos teóricos dos autores: Bueno (1993), Figueiredo (2009), Mendes (2006). Neste artigo buscou-se ressaltar que toda criança portadora de deficiência intelectual ou múltipla tem direito de frequentar escola, com acessibilidade garantida no espaço escolar. Levou-se em conta a necessidade de conscientização e combate ao preconceito para assim esclarecer que a criança com deficiência pode desenvolver atividades diversas, valorizando a sua capacidade, e a forma de atuação dos pais e professores. Este artigo fez uso de pesquisa bibliográfica e análise qualitativa de questionários. O questionário foi respondido por professores da rede estadual de educação da cidade de Florianópolis, em escolas que atendem pessoas com deficiência intelectual ou múltipla. Os resultados demonstraram que tanto os professores quanto as escolas trabalham com seus alunos o preconceito. Procuram fazer a inclusão de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla em seu ambiente de estudo, uma prática que é uma realidade que está presente nas disciplinas, e serve como estímulo para os professores e para os alunos. As escolas favorecem a integração e a não exclusão através da promoção e socialização do indivíduo portador de deficiência intelectual ou múltipla.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual ou Múltipla. Direito das Crianças. Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise das dificuldades encontradas por famílias que possuem crianças com deficiência intelectual ou múltipla na escola. A sociedade ainda hoje não está preparada para lidar com estas crianças. Existem crianças com diversas dificuldades como deficiência intelectual, múltipla ou síndromes associadas, o que dificulta o convívio social.

Simultaneamente, as escolas buscam através da inclusão, diminuir esta distância e o preconceito que existe, inserindo crianças com deficiência intelectual ou múltipla em seu

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos: Escola, Violência e Garantia de Direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Orientador: Prof. Mestre Orlandy Orlandi, Msc. Tubarão (SC), 2016. (orlandy.orlandi@gmail.com).

² Acadêmica do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos, da Universidade do Sul de Santa Catarina. (so_langela@hotmail.com.br).

cotidiano. Dessa forma, a integração dos alunos com deficiência intelectual ou múltipla na escola e na sociedade vai evoluindo e ocupando um espaço antes não almejado.

As escolas, o mercado de trabalho e a vida social vão se mostrando mais acessíveis ao convívio com as pessoas com deficiência intelectual ou múltipla. Assim, a vida cotidiana destas crianças vai mudando e o mundo vai se abrindo para novas descobertas. Através de campanhas vai-se tirando o véu do preconceito e da discriminação e vai tornando adequado o convívio com crianças com deficiência intelectual ou múltipla.

No cenário social surge a família que busca para seus filhos a integração social, a educação e o direito ao conhecimento. As dificuldades são muitas, o preconceito existe e é uma dificuldade visível para muitas famílias que têm crianças com deficiência intelectual ou múltipla. As pessoas não aceitam o diferente, discriminam e rejeitam o convívio com essas pessoas. Os motivos são muitos, especialmente a falta de conhecimento e esclarecimento a respeito das diferentes doenças, o que leva as famílias de crianças com deficiência intelectual ou múltipla a se isolarem e isolarem os seus do convívio em sociedade e principalmente do convívio escolar.

A reflexão proposta neste artigo é: Estará a escola preparada para enfrentar as dificuldades que a inclusão das crianças com deficiência intelectual ou múltipla lhe impõe?

A partir desta, buscar uma reflexão de como se efetiva a inserção das crianças com deficiência intelectual ou múltipla, considerando seu direito ao convívio no ambiente escolar, nas escolas estaduais no município de Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 2015?

Diante do quadro descrito, a deficiência intelectual ou múltipla é integrante desse corpo de análise e, cotidianamente, verificar situações que caracterizam sua inserção no mundo social e mundial, principalmente dentro da unidade escolar. Ao aprofundarmos os questionamentos em relação à temática de estudo e fundamentada na concepção teórica definimos o problema central de pesquisa.

O presente artigo desenvolve suas reflexões a partir das contribuições e da compreensão para analisar a efetividade da inserção das crianças com deficiência intelectual ou múltipla, considerando seu direito ao convívio no ambiente escolar, nas escolas estaduais no município de Florianópolis, SC.

Neste contexto, são utilizadas as referências de autores como Bueno (1993), Figueiredo (2009), Mendes (2006), mediante emprego de pesquisa bibliográfica relativa às categorias de estudo e pesquisa exploratória com professores e diretores de escolas estaduais de Florianópolis, SC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente a deficiência tem sido abordada de diferentes formas, tanto no que diz respeito ao provimento de sua existência, quanto na educação. Para minimizar esta situação, iremos abaixo, conceituar e contextualizar as categorias básicas de nosso trabalho, permitindo ao leitor compreender de onde estamos falando.

2.1 Aspectos gerais sobre deficiência

Nosso nascimento pode ser reconhecido como um milagre, processo de evolução e união celular. Ao esperar pelo nascimento de um filho, esperamos por alguém perfeito e não sabemos lidar, quando surge alguma imperfeição.

Para os pais, o nascimento de um filho com deficiência ou mal formação, diferente do que esperavam e idealizavam para seu filho e saber que terá um filho com deficiência é algo que machuca e torna-se motivo de frustração para muitos pais.

A situação é difícil e os pais não estão preparados para enfrentar este desafio, tudo que sonhavam com o filho é colocado a prova, sendo o futuro imprevisível e emocionalmente inimaginável. A deficiência irá atingir os pais de uma forma intensa, advindo daí a dificuldade em lidar com as situações que esta deficiência trará.

No meio da diferença, existe uma beleza muitas vezes invisível aos olhos, mas sensível ao coração quando este se permite a sentir. Uma criança nasce, primeiro ela é criança, depois uma criança portadora de deficiência.

As crianças portadoras de uma deficiência são mais semelhantes do que diferentes das crianças não-deficientes, como essas, terão que passar pelas mesmas experiências sociais, os mesmos processos de desenvolvimento, o mesmo aprendizado psicológico que as outras crianças. (BUSCAGLIA, 1997, p. 127)

De início as mães sentirão a dor, o vazio e o desamparo sentido, poderá até duvidar da sua capacidade de amá-lo. Esses sentimentos são considerados normais quando se está numa fase de choque. Estará em processo de luto pelo filho antes idealizado.

Passando por diferentes fases, os pais vão do choque a negação, da raiva a culpa até chegar à fase de aceitação e reestruturação. Um verdadeiro mecanismo de defesa normal, criado pela mãe.

Quanto mais cedo os pais conseguirem aceitar, e se adaptar à realidade de ter um filho com deficiência, ou seja, ultrapassando os sentimentos de culpa e negação, mais depressa começa a investir e a estabelecer a relação com o seu filho.

Ao ter um filho deficiente o processo de reestruturação é fundamental e torna-se necessário haver um apoio mútuo entre os pais, para poderem enfrentar juntos as adversidades futuras que um filho com deficiência requer. A relação dos pais poderá ficar fortalecida.

As primeiras evidências de um desenvolvimento mental normal não são mais que manifestações motoras. Durante toda a primeira infância até os 3 anos, a inteligência e a motricidade se tornam independentes, rompendo sua simbiose, que só reaparece nos casos de retardamento mental, o paralelismo psicomotor se mantém, determinando que há um quociente intelectual diminuído, correspondendo a um rendimento motriz também deficiente. (COSTALLAT, 1976, 129).

Perceber as capacidades do seu filho e não as incapacidades faz parte deste processo, assim, a barreira da valorização das suas limitações.

Uma criança que tenha deficiência não se pode resumir-se a um “deficiente” como muitas vezes a nossa sociedade os resume. Na maior parte das vezes, o preconceito começa com os pais, que ao olharem crianças perfeitas, acabam por fazer uma comparação com o seu filho. Muitas vezes, somos surpreendidos com uma riqueza afetiva e emocional que é inimaginável.

Deparamo-nos com muitas crianças com deficiências em várias áreas e a diferentes níveis. Cada uma delas com sua especificidade, cada uma única na maneira de ser e agir.

O estudo da criança com atraso mental deve basear-se, sobretudo em um teste qualitativo, e não na determinação do defeito. O objetivo do estudo dessa criança é na determinação do tipo de desenvolvimento da conduta, e não no nível quantitativo que tem alcançado cada uma das funções. (VYGOSTSKY(1996) apud BOCCARDI, 2003, p.65)

Muitos pais, cujo filho, tem problemas de desenvolvimentos devido a situações de mal formações e deficiências, são verdadeiramente felizes. Dentro das suas condições de vida, encontraram estratégias para superar as dificuldades encontradas.

A ideia que se tem de deficiência deve ser reorganizada e estruturada, para tornar fácil o desenvolvimento da criança de uma forma harmoniosa.

O termo Deficiência é usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Conceito este que foi definido pela Organização Mundial de Saúde. As pessoas com deficiência geralmente precisam de

atendimento especializado, para terem uma melhor qualidade de vida, um tratamento com fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, ou simplesmente para aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades.

Segundo a declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências (1990, p.26), que “[...] promover níveis de vida mais elevado, trabalho permanente para todos, condições de progresso, desenvolvimento econômico e social.” são as medidas da Organização das Nações Unidas lidarem com os problemas relacionados aos deficientes.

2.2 Os tipos de deficiências e suas características

São classificadas pessoas com qualquer tipo de deficiência, todo aquele que tem um ou mais problema de funcionamento ou falta de parte anatômica, embargando com isto dificuldades a vários níveis: de locomoção, percepção, pensamento ou relação social.

A pessoa especial pode ser portadora de diferentes deficiências, sendo uma única ou com deficiência múltipla (associação de uma ou mais deficiências).

Relatórios internacionais estimam que, em torno de 10% da população mundial, é constituída por pessoas com deficiência, a maioria das quais vive em países economicamente pobres. No Brasil, o CENSO Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelam que 14,5% da população brasileira apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental. (IBGE, Censo, 2000).

De acordo com Ferreira (2004), as pessoas que nascem com deficiências, ou as adquirem ao longo da vida, são continuamente privadas de oportunidades de convivência com a família e seus pares (colegas, vizinhos, parentes), da vida escolar, do acesso ao trabalho, às atividades de lazer e cultura, entre outros.

Os portadores de deficiência intelectual ou múltipla podem apresentar desde o nascimento deficiência física, auditiva, visual, mental ou intelectual, ou múltipla. A deficiência pode ser percebida desde o nascimento, ou pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa, e poderiam ter sido evitadas ou amenizadas através de ações de proteção e prevenção, como no caso o pré natal nas gestantes.

As causas principais de crianças nascidas com deficiência intelectual ou múltipla estão correlacionadas a eventos como transtornos congênitos e perinatais, doenças

transmissíveis e crônicas, perturbações psiquiátricas, abusos de álcool e droga, desnutrição, traumas e lesões (violência, acidentes no trânsito, no trabalho e na moradia).

2.3 A criança e a exclusão

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que possam afetar sua participação na sociedade em igualdade de condições. O atendimento escolar é obrigatório a todos os estudantes de 4 a 17 anos, inclusive aos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Não existe um tipo de deficiência que exclua a criança de ser atendida pela escola em classe regular, sob pena de denúncia aos órgãos da Educação e ao Ministério Público.

De acordo com a Lei Constitucional, no seu artigo primeiro “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (BRASIL, 1988, p.142).

Todos têm direitos e estes devem ser respeitados, tendo a ideia da liberdade do pensamento, da expressão e da igualdade perante a lei. São reconhecidos pelos direitos humanos dentro da filosofia, sociologia, história e teologia Filosofia, Sociologia, História e Teologia naturalizando os Direitos Humanos como ideias naturais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos registra que:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU, 1989, p. 14)

A conquista de frequentar a escola regular é um direito que todos os portadores de deficiência intelectual ou múltipla devem saber e a escola é o meio de introduzir estas crianças no meio social e no convívio com outras crianças.

Bueno (1993, p. 49) afirma que foi a partir da década de 70 que ocorreu um fortalecimento do processo de exclusão na escola pública de crianças consideradas

indesejadas pela escola comum, que eram encaminhadas para as classes especiais devido ao início da institucionalização da educação especial.

A Lei nº 8.069/90 dispõe da proteção integral onde à criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral que trata a lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 3º, 1990).

Desta forma a criança e o adolescente encontram seus direitos resguardados no ECA que os defendem, dando-lhes segurança na sua defesa individual.

Incluir crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla na escola, abertas às diferenças e à igualdade de direitos e oportunidades são formas de reduzir as exclusões geradas pelas diferenças que a sociedade impõe.

2.4 O direito das crianças portadoras de deficiências múltiplas

Os direitos para crianças e adolescentes com deficiências estão na Constituição Federal que estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de garantir com prioridade à criança e ao adolescente diversos direitos fundamentais. Este dever tem que ser observado com ainda mais rigor, pois o pleno desenvolvimento dessas crianças e adolescentes depende de cuidados e estruturas especiais, que geralmente não estão presentes nas escolas, nas unidades de saúde, no sistema de assistência social etc. Assim, é fundamental que todos tenham consciência dos direitos que devem ser garantidos às crianças e aos adolescentes com deficiência, para que exijam seu cumprimento, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e inclusiva.

No âmbito dos direitos das crianças, a publicação da Convenção dos Direitos da Criança-CDC (ONU, 1989), na década de 90, impulsiona o compromisso social com a criança e fornecem elementos legais para a elaboração de estratégias de inclusão e formas de garantir que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, tenham acesso à escolarização e sucesso escolar (permanência). O artigo 23 da trata especificamente dos direitos de crianças e jovens com deficiência.

Art. 23 - Os estados reconhecem que toda criança com deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais; estimularão e assegurarão a prestação de assistência adequada ao estado da criança, que será gratuita e visará assegurar à criança deficiente o acesso à educação, à capacitação, aos serviços de

saúde, aos serviços de reabilitação, à preparação para emprego e às oportunidades de lazer de forma que ela atinja uma completa integração social. Os estados promoverão ainda o intercâmbio e a divulgação de informações a respeito de métodos e técnicas de tratamento, educação e reabilitação para que se possam aprimorar os conhecimentos nestas áreas (ONU, 1989, p 54).

Os direitos para crianças com deficiência intelectual ou múltipla estão na escola, e como ela deve ser acessível a esta criança; quando ela quer se locomover, o transporte deve ter condições de ser utilizado por esta criança; quando se fala em lazer, em como as praças, shoppings e parques devem proporcionar acesso a estas crianças com deficiência intelectual ou múltipla.

Fazer adaptações para a locomoção das pessoas com deficiência intelectual ou múltipla é um direito e devem ser feitas tal como, a instalação de rampas, elevadores, sinalizações sonoras e sensitivas para pessoas com deficiência visual etc.

2.5 A inclusão no espaço escolar

Nas últimas décadas a inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais desde a educação infantil até o nível superior se tornou tema recorrente no cotidiano educacional. De acordo Souza (1997), a Declaração de Salamanca (1994) “toda criança tem direito a educação e deve ser dada a oportunidade e atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”.

Ainda segundo o documento de Salamanca

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os alunos (a)s aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todo (a)s através de currículos adequados, de boa organização escolar, de estratégias pedagógicas de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades à educação (UNESCO, 1994, P. 11-12)

A escola tornou-se um ambiente propício à aprendizagem ao incluir pessoas com deficiência, isso vai depender do estímulo e dos recursos que a escola vai disponibilizar para esta criança, respeitando que cada uma tem seu ritmo de aprendizagem individual.

A educação inclusiva deve ser um lugar de encontro de igualdade e de desenvolvimento que acolha as diferenças existentes e respeite o espaço de cada um. Os alunos com necessidades educacionais especiais, devem se sentir efetivamente parte

integrante do ambiente escolar tendo a oportunidade de conviver de maneira respeitosa e de serem reconhecidos como sujeitos (STELMACHUK *et. al.*; 2010).

Para Souza (1997), no Brasil a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva criada em 2008, tem lutado pela inclusão destas crianças no espaço escolar, pensando que as necessidades das pessoas com deficiência são as mesmas de qualquer um: aprender, conviver, circular livremente.

De acordo com os especialistas, a discussão sobre a acessibilidade em escolas para atender os portadores de deficiência intelectual ou múltipla ainda existe e as barreiras são muitas para garantir que elas tenham seu aprendizado. O melhor caminho para efetivar a inclusão é incentivar o engajamento de toda a comunidade escolar, dos pais e da comunidade.

Assim, de forma gradativa acontece a inclusão dos portadores de deficiência intelectual ou múltipla no ambiente de ensino. Segundo Martins (2006), para o exercício dos seus direitos humanos não se pode excluir aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais mais significativas e que, em geral, estão entre os que formam os maiores alvos de estigmas sociais.

De acordo com Souza (1997), crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla nem sempre vão para escolas regulares, algumas estão somente em escolas especiais e outras nem frequentam algum tipo de instituição de ensino. Portanto, a maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais, atualmente, está fora de qualquer tipo de escola (MENDES, 2006).

Respondendo ao Capítulo V da LDB, as Diretrizes têm como objetivo orientar os sistemas educacionais acerca da educação de aluno (a)s com necessidades educacionais especiais na sala comum das escolas da rede regular e oferecer subsídios para a constituição das diversas modalidades de atendimento (atendimento especializado, hospitalar e domiciliar) ao estudante com deficiência.

Em seu Art. 2º, as Diretrizes (MEC/SEESP 2001a) estabelecem que Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Segundo Ferreira (2004), este documento define o grupo de estudantes que têm necessidades educacionais especiais como aqueles que têm dificuldades acentuadas de aprendizagem, associadas ou não à deficiência, garantindo a todos o direito à matrícula em classes comuns da educação regular e o direito ao atendimento educacional especializado.

3 METODOLOGIA UTILIZADA

Para desenvolver o presente artigo, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa sendo trabalhada a partir de estudo exploratório.

Segundo Gil (1999) um trabalho é de natureza exploratória quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (Gil, 1999). As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999, p. 43) visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo.

Na pesquisa de caráter qualitativo, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

A temática será explorada considerando estudos bibliográficos, pesquisa documental (diretrizes e plano referente à política educacional para pessoas com deficiência) e pesquisa de campo (escolas).

De acordo com Rauen, (1999, p. 25), a pesquisa de campo consiste na busca de informações nos locais aonde elas se encontram, conforme elas se encontram. Neste caso, campo quer dizer todo e qualquer ambiente alvo da pesquisa. Especificamente, para este estudo o espaço onde os dados serão coletados serão as escolas selecionadas previamente.

Segundo Gil (2002, p.134), para que um estudo de campo tenha valor, é necessário que seja capaz de acrescentar algo já conhecido. Isso não significa, porém que deva obrigatoriamente culminar num conjunto de proposições capazes de proporcionar nova perspectiva teórica ao problema. Um estudo de campo pode ser reconhecido como válido quando se mostrar capaz de levantar novas questões ou hipóteses a serem consideradas em estudos futuros.

A população a ser utilizada para a pesquisa envolve a comunidade escolar, envolvendo os seguintes sujeitos: professor, professor 2, diretor.

A pesquisa envolverá a utilização dos seguintes instrumentos e técnicas: a entrevista e a observação participante em escolas estaduais do município de Florianópolis (SC), a partir de entrevista envolvendo os seguintes sujeitos: professor, professor 2, diretor e observação dos alunos com deficiência intelectual ou múltipla na escola, durante as aulas do segundo semestre de 2015.

Existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais. Segundo Rauen, (1999) o questionário consiste numa lista de indagações escritas que devem ser respondidas. Esse nos afirma que: “A grande vantagem do questionário é a possibilidade de se indagar um grande número de informantes.” (p.114).

Os questionários geralmente cumprem duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Através das informações obtidas, podem-se observar as características de um único indivíduo ou até mesmo de um grupo. Por exemplo: sexo, idade, nível de escolaridade, estado civil, etc.

A observação participante consiste em uma possibilidade de acompanhar diretamente as situações como elas se expressão. Neste sentido, a pesquisadora poderá conhecer o cotidiano da escola e os processos de interação e convívio entre os professores e alunos.

Os envolvidos nas dificuldades que a inclusão das crianças com deficiência intelectual ou múltipla é o objeto de estudo deste artigo, o qual desenvolve suas reflexões a partir das contribuições e da compreensão dos profissionais envolvidos. Neste contexto, são utilizadas as referências de autores como Bueno (1993), Figueiredo (2009), Mendes (2006).

3.1 Caracterização da escola e dos professores respondentes

As Escolas pesquisadas, em Florianópolis (SC) fazem parte da rede Estadual de Educação. Atendem crianças do ensino fundamental e ensino médio, distribuídos em dois turnos.

O quadro de servidores é constituído de: diretor, vice-diretor, secretária, professores, auxiliares de serviços gerais e guardas. O corpo docente da escola é constituído por professores qualificados da capital e das cidades da região. A maioria dos profissionais possui graduação e especialização em sua respectiva área de atuação, sendo que os demais

estão em processo de graduação, muitos em curso de especialização. Professores e educadores preocupados com a continuidade do aperfeiçoamento e sempre em busca de capacitação.

A maioria dos alunos é proveniente da comunidade em que as escolas estão inseridas, vivem com suas famílias ou com cuidadores.

Pelo que se podem observar, os alunos que apresentam deficiência intelectual ou múltipla são acolhidos pela escola, por seus professores e por seus colegas, não encontrando nenhuma forma de discriminação ou rejeição.

A seguir, apresentamos no quadro 1, o protocolo de pesquisa, que contempla as etapas da pesquisa devidamente especificadas.

3.2 Protocolo de pesquisa

Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos aplicados no estudo, elaboramos o protocolo de entrevista, haja vista que “O protocolo constitui, pois, uma das melhores formas de aumentar a confiabilidade do estudo [...]” (GIL, 2002, p. 140). Portanto, para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos aplicados no estudo sobre crianças com deficiência intelectual ou múltipla, apresenta-se no quadro 1 o protocolo de pesquisa, constando todas as etapas devidamente especificadas.

Quadro 1 - Protocolo de Pesquisa

Etapas	Protocolo de Pesquisa
1 ^a	Construímos a base teórica à luz dos conceitos sobre crianças com deficiência intelectual ou múltipla voltadas para a área da Educação.
2 ^a	Realizamos a entrevista no período de outubro e novembro de 2015, com intuito de coletar informação e fazer observações sobre crianças com deficiência intelectual ou múltipla na rede estadual.
3 ^a	Elaboramos um roteiro de entrevista estruturada (APÊNDICE A), constando questões previamente estabelecidas, relacionadas a permanência de crianças com deficiência intelectual ou múltipla dentro do ambiente escolar.
4 ^a	Técnica de coleta de dados: realizamos as entrevistas com professores, professores 2, diretores e a observação das crianças com deficiência intelectual ou múltipla em seu ambiente de estudo no período de novembro de 2015, no horário de expediente em seus ambientes de trabalho.

5ª	Digitamos as entrevistas para posterior análise.
6ª	Técnica de análise de dados: as entrevistas foram analisadas mediante as respostas dos participantes, onde foram extraídos os conteúdos significativos e junto a isso a análise da observação dentro da sala de aula.
7ª	Discutimos os conteúdos extraídos e apresentamos os resultados à luz do referencial teórico.

Fonte: Elaboração da autora, 2015.

4. ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos depoimentos dos profissionais da educação resultou numa gama de informações, objeto de estudo do presente artigo. Para a apresentação dos resultados, adotamos a sequência do roteiro da entrevista.

Para refletir sobre o apanhado na execução do projeto, concentramos nosso estudo na análise da relação entre os deficientes intelectuais e múltiplos e a inserção e exclusão destes nas escolas.

1) Entendimento sobre preconceito

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Inadmissível
Professor 2 da escola A	Inadmissível, um pré julgamento
Professor da escola B	Discriminação
Professor 2 da escola B	Inadmissível, discriminação
Professor da escola C	Inadmissível
Professor 2 da escola C	Discriminação

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados sobre o que entendem por preconceito, todos responderam ser algo inadmissível, uma atitude de discriminação, um pré julgamento de pessoas ditas diferentes.

As crianças portadoras de deficiências intelectuais e múltiplas são vítimas de discriminação ao longo da história da humanidade e de suas vidas, e sabem que são

discriminadas, sofrem acerca desta discriminação, do preconceito e do tratamento desigual que enfrentam nas comunidades escolares.

Segundo Ferreira (2004), dessa forma, a promoção e defesa dos direitos das crianças, assim como as medidas de proteção às crianças, jovens e adultos com deficiência devem se constituir em nível federal, estadual e municipal, metas governamentais e estar no centro da agenda das políticas públicas dos projetos políticos pedagógicos das escolas e das missões de organizações do terceiro setor.

Ribas (1996) coloca a ignorância como sendo responsável por preconceitos relacionados às pessoas que têm deficiências, pois quando alguém não sabe, começa a achar, podendo assim fazer interpretações que muitas vezes fogem da realidade da vida das pessoas com deficiência física, mental ou sensorial.

Evidentemente, as pessoas com deficiência e suas famílias se ressentem das experiências de discriminação e do preconceito que sofrem por parte daqueles que deviam protegê-los: pais e mães, educadores, docentes, colegas e familiares de seus colegas.

2) Preconceito na sala de aula

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Não, todos convivem bem
Professor 2 da escola A	Não, todos respeitam
Professor da escola B	Não se observa
Professor 2 da escola B	Não, todos convivem e respeitam os colegas, até ajudam e dão carinho.
Professor da escola C	Não, todos convivem bem
Professor 2 da escola C	Não, todos respeitam e ajudam

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados se dentro de sua sala de aula se observa preconceito, todos responderam não sentir este tipo de atitude na escola, por estarem acostumados com crianças com deficiência intelectual ou múltipla no ambiente escolar.

O preconceito com relação a pessoas com deficiência vem muitas vezes imbuído de um sentimento de negação, ou seja, a deficiência é vista apenas como limitação ou como incapacidade. A sociedade, embora tenha um discurso que prega a inclusão social de pessoas

com deficiência, ainda vê essas pessoas pelo que não têm, ou pelo que não são. Não nos acostumamos a olhar os sujeitos que têm deficiência pelo que têm ou pelo que são.

Para Ribas (2007, p. 24), a pessoa com deficiência auditiva é aquela que não ouve, a pessoa com deficiência visual é aquela que não enxerga. Ou seja, nos aproximamos da deficiência a partir da negação. A pessoa com deficiência é sempre aquela que não tem ou não apresenta alguma capacidade que a outra tem ou apresenta.

Dessa forma, o sentimento de negação pressupõe sempre uma atitude e um comportamento de negação que traz para essas pessoas sérias conseqüências como exclusão, marginalização, discriminação, entre outras.

3) Percepção da escola sobre preconceito

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	A escola e os profissionais que nela trabalham esta preparada para atender todos os alunos.
Professor 2 da escola A	A escola tem preparo e profissional qualificado para atender todos os alunos,
Professor da escola B	A escola esta preparada para atender todos os alunos, falta um pouco de estrutura.
Professor 2 da escola B	Tanto a escola como os profissionais estão preparados.
Professor da escola C	Sim todos estão prontos para atender.
Professor 2 da escola C	Todo escola e seus profissionais recebem treinamento e suporte para atender estas crianças.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados sobre qual a percepção da escola sobre preconceito todos responderam que a escola e os profissionais que nela trabalham esta preparada para atender todos os alunos, sejam eles portadores de deficiência intelectual ou múltipla ou não.

Sabemos que o preconceito existe e está em todos os lugares, inclusive na escola. Sobre preconceito Ribas (1996, p. 64) nos dá a seguinte contribuição:

[...] em maior ou menor grau, todos nós somos preconceituosos. Ninguém escapa. Nem mesmo pesquisadores universitários e acadêmicos. Isso porque a primeira impressão é sempre preconceituosa, já que está relacionada a algo com o qual jamais

tivemos contato. É verdade que os pesquisadores universitários e acadêmicos (sobretudo os que trabalham com as ciências humanas) reelaboram o preconceito que existe dentro deles, até mesmo para conseguir pesquisar. E aí, então, conseguem enxergar o que está por trás da primeira imagem.

4) Trabalho sobre preconceito

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	É trabalhada de forma simples e bem definida, explicando o conceito e o quanto o preconceito prejudica quem o sofre.
Professor 2 da escola A	Explicamos o que é e como ele atrapalha quem sofre.
Professor da escola B	Trabalhado como tema na aula. As diferenças e suas limitações.
Professor 2 da escola B	Sim trabalhamos todos os tipos de preconceitos.
Professor da escola C	Sim sobre preconceito e suas conseqüências para com os colegas.
Professor 2 da escola C	Sim durante todo tempo para que os alunos não sofram com piadas e sejam excluídos.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Ao serem perguntados como você trabalha o preconceito com seus alunos, os professores responderam que de forma simples e bem definida, explicando o conceito e o quanto o preconceito prejudica quem o sofre. Que não é só os portadores de deficiência intelectual ou múltipla que sofrem de preconceito e sim todos que são “diferentes” (gordo, magro, alto, baixo, feio, negro, etc.).

Alguns professores colocam que sabem que os alunos fazem piadas e mexem com os colegas que são excluídos por se sentirem diferentes, e utiliza isto como exemplo

Trabalhar as diferenças e a diversidade de origem social, diversidade de deficiências e habilidades de qualquer ser humano, para podemos desta forma compreender e aceitar as características humanas e pessoais de cada um, as características culturais e econômicas, e outras.

Segundo Ferreira (2004), devemos compreender que somos diferentes uns dos outros e começaremos, então, a ser capazes de aceitar as pessoas com deficiências em sua plenitude, sem discriminá-las.

Muito pelo contrário, começaremos a buscar alternativas viáveis para sua participação dentro do ambiente escolar e desta forma aprenderemos na convivência com elas.

Conforme o Relatório sobre as Vidas de Crianças com Deficiência Também é nosso mundo.

Mudança é possível. Apesar da escala de violações e apesar da extensão da discriminação e hostilidade dirigidas à deficiência, há no mundo todo exemplos concretos de política e prática que indicam o que pode ser alcançado com visão, compromisso e vontade para ouvir as crianças com deficiência e suas famílias. É vital que estes exemplos positivos sejam disseminados, compartilhados e acrescidos a fim de ampliar e fortalecer as boas práticas para promover e respeitar os direitos das crianças com deficiência no mundo (DAA, 2001, p. 41)

5) Direitos respeitados

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Sim, pois na escola todos tem lugar, e são respeitados dentro de suas limitações e dificuldades.
Professor 2 da escola A	A escola procura ajudar e fazer com que todos se sintam bem, e sempre incentiva as famílias a manterem os alunos na escola.
Professor da escola B	Sim, pois todos têm o mesmo direito independente da condição.
Professor 2 da escola B	Sim, pois na escola é o primeiro lugar a se ensinar sobre respeito às diferenças.
Professor da escola C	Sim, a escola é para todos e devemos respeitar isso.
Professor 2 da escola C	Sim, dentro das limitações e dificuldades que eles apresentam, a escola, os alunos e os professores procuram ajudar.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Ao serem questionados, se em sua opinião os direitos das crianças portadores de deficiência intelectual ou múltipla é respeitado eles responderam que sim, pois na escola todos tem lugar, e são respeitados dentro de suas limitações e dificuldades. A escola procura ajudar e fazer com eu todos se sintam bem, e sempre incentiva as famílias a manterem os alunos na escola.

De acordo com Ferreira (2004), embora a escola esteja aberta para crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla e mesmo seus pais buscando educação para os filhos. Estima-se que no âmbito da educação, dados oficiais atuais (MEC/SEESP, 2008) indicam que, embora as matrículas estejam aumentando na rede de ensino, as condições educacionais se mantêm desiguais para os estudantes com deficiência: com muita frequência, aprendizes com deficiência são discriminados e sofrem com o preconceito nas escolas brasileiras quando não têm o acesso aos recursos e apoios de que necessitam para estudarem em condições de igualdade com relação aos seus colegas, mesmo tendo eles garantidos por lei.

A comunidade escolar e os professores devem estar preparados e com conhecimentos relevantes na área de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla e direitos humanos para poder desenvolver um trabalho com esta criança.

Sabe-se que os direitos das pessoas com deficiência têm sido sistematicamente violados em diversas escolas do país.

6) Deficiências encontradas

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Síndrome de Down, deficiência física, autismo.
Professor 2 da escola A	Síndrome de Down, deficiência física, autismo.
Professor da escola B	Síndrome de Down e autismo.
Professor 2 da escola B	Síndrome de Down e autismo.
Professor da escola C	Síndrome de Down, deficiência física, autismo e deficiência auditiva.
Professor 2 da escola C	Síndrome de Down, deficiência física, autismo e deficiência auditiva.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados quais as deficiências intelectuais e múltiplas encontradas na escola, as mais comuns são síndrome de Down, deficiência física, autismo e deficiência auditiva.

Como se sabe são diversas as deficiências intelectuais e múltiplas que existem, e muitas crianças com estas deficiências estão na escola para aprender, independentemente de sua condição física, psicológica ou motora.

A educação inclusiva segundo Sasaki (1997) é um processo no qual se amplia a participação de todas as pessoas com deficiência na educação. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos como um direito de todos.

Vygotsky (1984) considera que o desenvolvimento e aprendizagem estão interligados desde os primeiros dias de vida, sendo que a aprendizagem impulsiona e promove o desenvolvimento. Pois quanto mais cedo e estimulada à criança for, menos evidentes serão suas deficiências. Diante disto, podemos perceber que independente da condição da criança, se ela tem alguma limitação ou não ela poderá aprender.

Um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. (VYGOTSKY, 1984, p.233).

Segundo Ferreira (2004), como na fala de Vygotsky (1984) ele deixa transparecer a capacidade de se transformar do organismo e do ser humano, na capacidade do indivíduo criar processos adaptativos com intuito de superar os impedimentos que encontra. A capacidade de superação só se realiza a partir da interação com fatores ambientais, pois o desenvolvimento se dá no entrelaçamento de fatores externos e internos.

7) Dificuldades de inclusão

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Quem mais exclui é a própria família, que por medo de ter seus filhos sofrendo preconceito.
Professor 2 da escola A	Quem mais exclui é a família e até os pais.
Professor da escola B	Família e sociedade.
Professor 2 da escola B	Todos de alguma forma, começando pela família.

Professor da escola C	O preconceito da família, dos parentes e amigos.
Professor 2 da escola C	A família que coloca na APAE e não na escola normal.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados sobre quais as dificuldades de inclusão a qual estas crianças são submetidas à resposta foi que quem mais exclui é a própria família, que por medo de ter seus filhos sofrendo preconceito, tratam de procurar alternativas de estudo como as Apaes e não porem em escola comum.

Segundo Ferreira (2004), no atual momento histórico da educação brasileira, embora a legislação garanta os direitos das pessoas com deficiência à educação e muito se debata sobre a inclusão educacional no Brasil. A maioria dos professores ainda não possui clareza conceitual sobre o que inclusão quer dizer na esfera do cotidiano escolar e ainda não possui conhecimentos relevantes e consistentes acerca dos diferentes casos de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla.

A inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas regulares é um direito garantido Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.934/96), que afirma a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado e deve ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos. (BRASIL, 1996).

Figueiredo (2009, p.121) afirma que a Educação Infantil é a porta de entrada pra inclusão escolar, sendo “este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade”.

A família tem que entender que o ambiente escolar é para qualquer criança independente de sua condição um espaço de interação de uns com os outros. Neste espaço a criança poderá se locomover, se comunicar e interagir com outras crianças.

O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla não estejam à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

Segundo Ferreira (2004), no domínio da aprendizagem, o aluno da educação especial requer recursos pedagógicos e metodológicos por apresentar necessidades diferentes dos demais necessitando de cuidados educacionais específicos.

Inserir esses alunos no ensino regular, garantindo o direito à educação, é o que chamamos de inclusão, ou seja, é acolher estes indivíduos e oferecer às crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltiplas oportunidades educacionais, nas mesmas condições acessíveis aos outros alunos.

8) Processo de inserção

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Por parte da escola é tranquilo, que todos encaram como outro aluno e não como alguém com alguma diferença.
Professor 2 da escola A	Tranquilo, sem diferenças.
Professor da escola B	De forma normal, sem diferenças.
Professor 2 da escola B	Por parte da escola e alunos é tranquilo sem nenhuma diferença.
Professor da escola C	Bem tranquila, sem diferenças.
Professor 2 da escola C	Tranquila e com aceitação por todos.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados como acontece o processo de inserção destas crianças com deficiências intelectuais e múltiplas eles respondem que por parte da escola é tranquilo, que todos encaram como outro aluno e não como alguém com alguma diferença.

A inclusão começa a ser definida e difundida potencialmente nos anos 80 e 90 com declarações e tratados que passam a defender a inclusão.

A Constituição promulgada em 1988, traz no artigo 3º, inciso IV um dos objetivos fundamentais: “promover o bem para todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Garante atendimento as pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988, p. 2).

Para reforçar o processo de inclusão, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais citados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2001, p. 21).

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias

e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1994, p.330).

9) Para não acontecer na escola a exclusão

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Deveriam existir mais campanhas e que os governantes deveriam incentivar e apoiar causas como estas e incentivar a matrícula delas nas escolas públicas
Professor 2 da escola A	Respeito, somos todos iguais, mesmo com nossas diferenças.
Professor da escola B	Deveria existir conscientização e políticas públicas atuantes.
Professor 2 da escola B	Deveria existir conscientização e políticas públicas e respeito de todos.
Professor da escola C	Campanhas de esclarecimentos e informativos sobre as diferenças.
Professor 2 da escola C	Cumprimento das leis.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados a respeito do que acreditam que poderia acontecer na escola para não ter a exclusão de deficientes intelectuais e múltiplas na comunidade escolar, eles acreditam que deveriam existir mais campanhas e que os governantes deveriam incentivar e apoiar causas como estas e incentivar a matrícula delas nas escolas públicas, pois vivemos em um mundo globalizado e somos todos iguais, mesmo com nossas diferenças.

Campanhas de repúdio à exclusão seria uma maneira de diminuir a discriminação e com isso acabar com a exclusão de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla. Na escola trabalhar com as crianças para que elas acolham estas crianças e com as famílias para que elas permitam a convivência delas com outras pessoas. Muitas vezes a família é a que mais exclui crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla da sociedade e da escola.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e

liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. BRASIL (2001), este documento tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Segundo Ferreira (2004), o avanço na legislação deveria representar um avanço na inclusão de pessoas com deficiência nos sistemas educacionais assim como o acesso, a permanência e o sucesso escolar de alunos e alunas com deficiência deveriam estar representados no panorama educacional atual.

Todavia, apesar de todo o arsenal legislativo, a realidade e os dados disponíveis revelam que, para a grande maioria da população, as leis e os procedimentos legais não são conhecidos e, conseqüentemente, os direitos das pessoas com deficiência continuam sendo violados de inúmeras formas (BANCO MUNDIAL, 2003).

Segundo Ferreira (2004), como resultado de tal estado da arte, as crenças e mitos sobre as incapacidades das pessoas com deficiência continuam a perpassar o cotidiano escolar e a se manifestar na forma de discriminações que geram a exclusão daqueles que, a muito custo, conseguiram romper as barreiras de acesso à escolarização. Assim, é necessário e urgente conhecer como a discriminação se materializa no contexto escolar.

10) Ações da escola em relação à inclusão

Entrevistados	Respostas
Professor da escola A	Buscam uma transformação na prática pedagógica.
Professor 2 da escola A	Buscam uma transformação na prática pedagógica e na modificação do sistema de ensino.
Professor da escola B	Procuram organizar a escolas para receber a todos.
Professor 2 da escola B	Procuram organizar a escolas para que se ajustem às especificidades de todos.
Professor da escola C	Transformação pedagógica e política.
Professor 2 da escola C	Treinamento e incentivo por parte dos

	gestores e secretarias.
--	-------------------------

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Quando questionados sobre quais ações a escola propõe em relação à inclusão, eles responderam que buscam uma transformação na prática pedagógica e na modificação do sistema de ensino e procuram organizar a escolas para que se ajustem às especificidades de todos.

Muitas escolas não estão preparadas para receber crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla e isso é um impedimento para o acesso à educação. Mesmo com leis específicas algumas escolas precisam de reformas para por em prática o acesso de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla ao ambiente escolar e consequentemente ao estudo.

Lei de Acessibilidade (10.098/2000 regulamentada em 2004 por decreto- lei) A Lei da Acessibilidade (MEC/SEESP 2000) atende a uma demanda histórica dos movimentos sociais que defendem os direitos das pessoas com deficiência: trata da acessibilidade ao meio físico (edifícios, vias públicas, mobiliário, equipamentos urbanos etc.), aos sistemas de transporte, de comunicação e informação e de ajudas técnicas. Tal lei representa um passo decisivo para a inclusão de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência ou mobilidade reduzida nas várias esferas da vida humana, incluindo escola, serviços de saúde, mercado de trabalho, lazer, turismo e acesso à cultura.

Ações de inclusão de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla deveriam começar na educação Infantil para que estas experimentem desde cedo brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto.

Segundo Ferreira (2004), buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se mesmo do seu jeito diferente; necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, é uma determinação prevista na Constituição de 1988 e na LDBEN Lei n. 9.934/96 que apresenta em seu histórico a necessidade de estabelecer diretrizes e metas para a educação, documento como Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990, assegura o acesso e a permanência de todos na escola, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos devem estar em condições de aproveitar as oportunidades

educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Junto, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

5 CONCLUSÃO

Concluimos este estudo com certeza de que a educação está buscando acompanhar os desafios que hoje traz a sociedade que propõe incluir crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla no ambiente educacional. A falta de convivência e de solidariedade, de respeito e também a cooperação fazem com que as pessoas sejam preconceituosas a cerca do que não conhecem. Assim incluir crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla nas escolas rompe paradigmas e facilita a convivência de todos principalmente no ambiente escolar.

A escola nos dias atuais está necessitando de novas propostas pedagógicas para que todas possam receber e trabalhar com crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla, com professores capacitados e motivados a romperem com seus medos e diferenças.

Diante da entrevista realizada, podemos constatar que no município de Florianópolis as escolas trazem uma proposta de inclusão de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla, porque o objetivo de ambos propormos uma convivência no ambiente escolar, além de contribuir no processo pedagógico e socialização dos alunos e professores.

Entendendo que o estudo teve como objetivo de analisar a efetividade da inserção das crianças com deficiência intelectual ou múltipla, considerando seu direito ao convívio no ambiente escolar, é possível afirmar que segundo os relatos dos educadores que participaram da entrevista, que a prática os alunos que são portadores de deficiência intelectual ou múltipla, têm um bom acolhimento e são respeitados. A escola e os professores buscam incentivar de forma positiva o desenvolvimento de suas capacidades de integração e no aperfeiçoamento de suas habilidades de se relacionar.

Constatamos que nos ambientes estudados, a contribuição para a inclusão de crianças portadoras de deficiência intelectual ou múltipla no ambiente escolar fazem parte dos projetos pedagógicos, e que os profissionais estão realmente engajados em proporcionar um ensino de qualidade aos seus alunos portadores de deficiência intelectual ou múltipla.

Mesmo tendo conhecimento de que toda escola tem obrigação de receber qualquer aluno, mas não basta simplesmente matricular as crianças com deficiência múltipla, é necessário ter estrutura e principalmente profissionais capacitados para atendê-los. Isto quer dizer que as escolas e suas comunidades devem mudar e se preparar para entenderem, celebrarem e trabalharem com a diversidade humana existente nas suas classes, a fim de promover-se a inclusão.

COMMUNITY PERCEPTION A SCHOOL ON THE REALITY OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITY OR MÚLTIPLA

Solange Antunes

Summary: The article analyzes the perception of the school community about the reality of people with intellectual or multiple disabilities and the possibilities and prospects of inclusion of these children in the school environment. The rights guaranteed by the Child and Adolescent (ECA) and the Child Rights Convention struggle for equality over time so that people with intellectual or multiple disabilities have access to education with quality study based on theoretical arguments of the authors Bueno (1993), Figueiredo (2009), Mendes (2006). In this article we tried to emphasize that all children with intellectual or multiple disabilities have the right to attend school, with guaranteed accessibility at school. It took into account the need for awareness and combating prejudice so as to clarify that the disabled child can develop different activities, enhancing their capacity, and the way of acting of parents and teachers. This article made use of literature and qualitative analysis of questionnaires. The questionnaire was answered by teachers from the state education network of the city of Florianópolis, in schools that serve people with intellectual or multiple disabilities. The results showed that both the teachers and the schools work with their students prejudice. They seek to make the inclusion of people with intellectual or multiple disabilities in their study environment, a practice that is a reality that is present in the subjects, and serves as an incentive for teachers and for students. Schools promote integration and not exclusion through the promotion and socialization of the individual with intellectual or multiple disabilities.

Keywords: Intellectual Disability or Multiple. Rights of the Child. Education.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Educação Inclusiva no Brasil, Diagnóstico Atual e Perspectivas Futuras**. Washington: Banco Mundial, 2003. Disponível em www.cnotinfor.pt/inclusiva. Acesso em: 12 março de 2016.

BOCCARDI, Daniela. **Programa de Intervenção Motora Lúdica Inclusiva: análise motora e social de casos específicos de deficiência mental, síndrome do x-frágil, síndrome de down e criança típica. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS/ESEF, 2003.**

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora com Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, Corde, 1994.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC, 2001.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUSP, 1993.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e Seus Pais**. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 1997.

COSTALLAT, Dália Molina de. **Psicomotricidade**. Porto Alegre: Globo, 1976.

DAA. **It is our world too! A report on the lives of disabled children**. By Gerison Lansdown. Disability Awareness in Action. Publish on Behalf of the UN General Assembly Special Session on Children-Rights for the Disabled Children. 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. NY, **ONU**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 12 março de 2016.

FERREIRA, Windy Brazão. **Educar na Diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular**. In Ensaio Pedagógicos, Educação Inclusiva: direito à diversidade. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília, Distrito Federal, 2006.

_____. **Invisibilidade, crenças e rótulos... reflexão sobre a profecia do fracasso educacional na vida de jovens com deficiência**. IV Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down. Família, a gente da inclusão. 09-11 de Setembro, Bahia, 2004.

FIGUEIREDO, R. V. A educação infantil e a inclusão escolar. Heterogeneidade, cultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília: SEE, v.15, n.1, p.121-140, jan.-br.2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **CENSO Demográfico, 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000.

MARTINS, Lucia de A. R. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAS. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Ação Social. Brasília, DF, 1990. Disponível em: www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf. Acesso em: 12 março de 2016.

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira** (Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996). Ministério da Educação. Brasília, DF, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez.2006.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**: inclui orientações para a referência de documentos eletrônicos. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

RIBAS, João Baptista Cintra. **Viva a diferença**: convivendo com nossas restrições ou deficiências. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

_____. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social, Métodos, Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SASSAKI, K. R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB**: lei nº 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997.

STELMACHUK, A. C. L. et.al. **Educação inclusiva**: uma revisão crítica. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos, 2010.

VYGOTSKY LS. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Teoria e método em Psicologia**. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.